A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Jeferson Dariva SINGER, José Lúcio da Silva MACHADO[2]

[1]Departamento Acadêmico de Engenharia Ambiental e Sanitária
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* Francisco Beltrão
Francisco Beltrão – Paraná - Brasil

[2] Departamento Acadêmico de Humanidades
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* Francisco Beltrão
Francisco Beltrão – Paraná - Brasil

E-mails: jefersonsinger@alunos.utfpr.edu.br, josemachado@utfpr.edu.br

Resumo: *O ensino do conteúdo sobre História e Cultura Afro-brasileira passou a ser obrigatório nas instituições de ensino no Brasil, apenas em 2003 através da Lei 10.639, complementada em 2008 pela Lei 11.645, que inclui nesse processo, a História dos povos Indígenas. Mesmo quando implantado, teve muitas barreiras, tais como a falta de professores capacitados que pudessem repassar os conteúdos com propriedade, a falta de materiais ou formação continuada específica. A falta de suporte adequado, reflete nas dificuldades para superar questões básicas para a sociedade brasileira, como o reconhecimento da relação inerente que existe entre ser brasileiro(a) e se compreender como descendentes de povos indígenas e africanos, para além da referência social europeia, apropriada mais por conveniências ideológicas, nem sempre claras, do que pela realidade histórica e social que nos cerca. Com isso, também sobrevive e em muitos casos ganha espaço para se fortalecer, o preconceito, que pode ser comprovado no cotidiano, no desconhecimento e desinteresse por questões políticas que envolvem esses temas, mesmo dentro de uma Universidade. Levantar alguns aspectos sobre essas questões no ambiente universitário é o objetivo deste trabalho, elaborado a partir de uma atividade proposta na disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, através da qual, elaboramos um questionário sobre o que as pessoas sabem sobre os Povos Indígenas, aplicado ao público interno de alunos e servidores. Como resultado, foi possível perceber que as defasagens apresentadas pelos estudos recentes sobre a aplicação da lei, estão presentes no espaço da Universidade.*

Palavras-chave: *Educação; Indígenas; Cultura; Etnias do Brasil.*

INTRODUÇÃO

De acordo com estudos recentes, as principais lacunas identificadas nos processos de formação inicial e continuada dos professores são, dentre outros: a falta de conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena; falta de formação específica para o ensino

desses conteúdos; falta de materiais didáticos adequados; e falta de tempo para preparação das aulas.

Da mesma forma, os principais desafios para a inclusão do ensino sobre cultura indígena na educação incluem a falta de formação dos professores, a falta de materiais didáticos adequados e a falta de tempo para preparação das aulas. Soma-se a isso, uma resistência por parte de alguns professores, pais e alunos em relação a compreensão do sentido de estudar enquanto disciplina curricular, a cultura indígena.

Com base nessas questões, é que realizamos um levantamento junto aos alunos e servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) campus Francisco Beltrão, sobre o que as pessoas sabem sobre os Povos Indígenas, provocados com o título: O que você sabe sobre os Índios? para sondar a própria relação que o público apresenta sobre o termo Índio e se há um movimento crítico de questionar o porquê do uso deste termo e não indígenas ou Povos Indígenas. Propomos isso, considerando que o público, tanto de alunos quanto de professores, já percorreu parcial ou integralmente currículos escolares após a Lei 11.645/08, seja na educação básica, graduação ou pós-graduação.

Essa ação surge como proposta de avaliação formativa da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena onde os alunos divididos em grupos deveriam pensar a realização de intervenções visuais, audiovisuais ou de abordagem direta ao público do campus durante o mês de abril. Após conversa com a turma foi proposto um tema para cada grupo e ficou a cargo dos seus integrantes desenvolver um plano de ação com estratégias de como aquele tema seria levado a público através das formas de intervenção visual, audiovisual ou de abordagem direta.

A partir disso, o grupo responsável por questionar as pessoas sobre o que elas sabem sobre os povos indígenas, desenvolveu uma ação através de um formulário simples, colhendo dados importantes, ainda que superficiais, sobre aspectos da relação entre educação e formação de consciência social e política em relação às questões indígenas no Brasil.

FUNDEMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio de igualdade, em que todos os indivíduos virtualmente possuem igualdade de possibilidades perante a Lei. Em seu Artigo

1º estabelece que o Brasil tem como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. Esses, ainda são princípios que regem a autodeterminação dos povos a não intervenção, defesa da paz, repúdio ao racismo e cooperação para progresso da humanidade, incluídos em seu artigo 4º (BRASIL, 1988).

Esses elementos que caracterizam a constituição como cidadã, são instituídos a partir de importantes movimentos sociais que mobilizam-se para serem vistos naquele contexto político. No conjunto de grupos socialmente à margem das políticas de Estado, também se encontravam e ainda se encontram, os Povos Indígenas, que se mobilizam cada vez mais, para atuar no cenário político nacional.

A Lei 10.639 foi sancionada em 2003, quinze anos após a promulgação da Constituição, e institui o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Já a Lei 11.645 de 2008 vem como um complemento, ao acrescentar o ensino da História e Cultura dos povos indígenas. Ambas alteram a Lei 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB/LDBEN). Essa mudança promovida por essas leis, são consideradas um marco na educação brasileira, pois tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, num currículo centralizado no estudo da História e Cultura da Europa, além de colocar o Dia da Consciência Negra como data prevista no calendário escolar (BRASIL, 1996).

Ainda, a Lei 11.645/08 também estabelece que o conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que formam o patrimônio indígena brasileiro, como a diversidade étnica e cultural, os direitos sociais e humanos e a preservação ambiental. O que apresenta uma dificuldade ímpar na sua execução, tanto pela falta de um movimento político que facilite este processo, quanto pela descriminação estrutural. A falta de conhecimento de história afro-brasileira e indígena somada a cultura colonialista brasileira são grandes obstáculos a serem ultrapassados para a promoção da vida e cidadania de todos os povos (BRASIL, 2008).

Recentemente, tem aumentado a visibilidade sobre as questões políticas que envolvem os povos indígenas, muito devido às suas mobilizações sociopolíticas e difusão de suas lutas pelas redes sociais. Contudo, a organização destes povos em busca dos seus direitos, tem longa trajetória no contexto histórico e político brasileiro, contudo,

historicamente tratados como questão marginal, próprio de um Estado política e estruturalmente organizado em torno de latifundiários, financiadores de campanhas e mantenedores de bancadas que defendem politicamente esses interesses. A questão se modifica parcialmente, mas com atos extremamente relevantes, especialmente com o acesso ao parlamento através de deputados indígenas eleitos para o congresso federal na década de 1980. A própria Lei 11.645/2008 que determina a inclusão da disciplina de história e cultura indígena nas escolas, é resultado dessa mobilização (SILVA & COSTA, 2018).

A falta do ensino de História e cultura indígena nas escolas, historicamente culminou na formação de várias gerações que ignoram a relação entre sua própria história e a história de seu país, com a História dos Povos Indígenas, refletindo diretamente no cenário político e educacional do Brasil. Fator que não contribui para o fortalecimento dessa mudança na educação e reflete sobre a falta de profissionais capacitados para o ensino desta disciplina, e para o processo de estereotipação dessas etnias, como se fossem todos iguais aos da região amazônica ou aos descritos em romances antigos e nos primeiros anos da História do Brasil. Por este motivo a Lei 11.645/2008 torna obrigatório que seja inserido na educação básica, disciplinas de história e cultura indígenas em suas ementas (WITTMANN, 2015).

De acordo com uma pesquisa realizada nas secretarias municipais de educação, menos de 30% delas aplicam medidas consistentes em cumprimento à Lei. Constata-se morosidade no cumprimento da Lei 10.639/03 que foi promulgada há mais de vinte anos. De acordo com esta Lei o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todo Brasil (ALANA, 2023).

Trazer o ensino de história e cultura indígena para dentro das instituições de ensino é fundamental para a promoção da interculturalidade, ou seja, a compreensão de que existem pluralidades tanto entre as etnias quanto entre elas e os outros povos. A troca entre os diferentes, bem como a apreciação de suas culturas gera um diálogo que é fundamental para combater o preconceito e a discriminação, oportunizando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SILVA & COSTA, 2018).

METODOLOGIA

Para execução do presente trabalho elaborou-se um questionário online utilizando a pergunta “o que você sabe sobre os índios?”, a grafia da palavra “índio” de forma coloquial,

como já assinalamos anteriormente, fez parte do contexto avaliativo. Na elaboração das questões levou-se em consideração a defasagem do ensino da disciplina de história e cultura afro-brasileira e indígena ao longo do tempo, portanto a faixa etária do público se torna pertinente para os resultados.

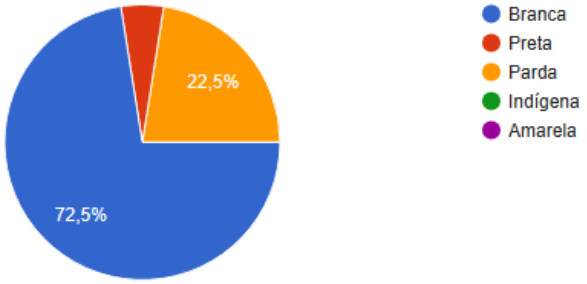
O Campus Universitário Federal foi selecionado como exemplar para aplicação do questionário, alguns fatores foram determinantes, tais como a presença de diferentes gerações com diferentes formações. Pode-se identificar, através das respostas de cada faixa etária, as lacunas deixadas pela falta da disciplina de história e cultura afro-brasileira e indígena ao longo do tempo.

Foram considerados três grupos de respostas: discentes, docentes e comunidade externa, as faixas etárias, e modalidade educacional: pública ou privada, também possuem grau de relevância para discussões dos resultados. O questionário foi enviado em ampla disseminação através de um E-mail institucional e o período coincidiu com a semana de eventos alusivos aos povos indígenas. As análises se fazem sobre os gráficos gerados a partir das respostas obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obtivemos 50 respostas ao formulário já no primeiro dia, o total de respostas em uma semana foi de 80. Deste total verificou-se que apenas alunos e servidores responderam, perfazendo um total de 33,80% servidores e 66,20% alunos, o que demonstra que houve grande engajamento por parte deste grupo ao tema proposto.

Figura 1 - Autodeclaração de cor.



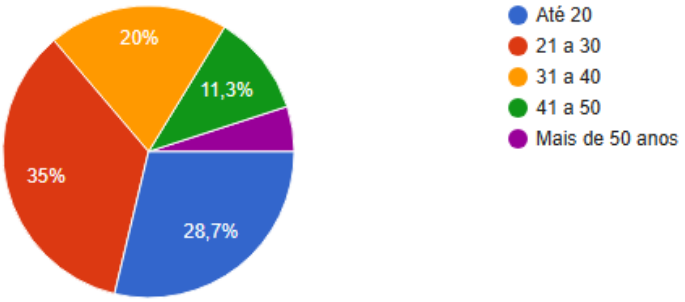
Fonte: Autoria própria (2023)

Do total de respostas para a pergunta “você se declara?” nenhuma pessoa se autodeclarou indígena, fato curioso devido à localização do Campus na mesma região do

estado onde se encontra a reserva indígena. Observando a Figura 01 percebe-se que 72,50% se declararam brancos, 22,50% pardos e 5% negros.

Com relação à faixa etária, esta resposta tem grande relevância, já que a Lei 11.645 data do ano de 2008, pois é possível observar que 28,70% das respostas estão compreendidas na faixa etária até 20 anos, onde se enquadram, em sua maioria, discentes dos cursos de graduação e mestrado. O público compreendido entre 31 e 50 anos ou mais obteve-se um percentual de respostas de 36,30%, conforme Figura 02.

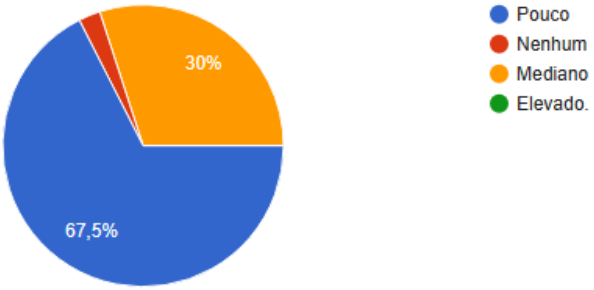
Figura 2 - Faixa etária.



Fonte: Autoria própria (2023)

Traçando um comparativo entre a Figura 02 e a Figura 03, observa-se que 67,50% declara ter pouco conhecimento sobre o assunto. Tal constatação nos leva a pensar que a data da promulgação da Lei foi durante o período em que alguns deles já estavam cursando ensino fundamental e médio e outros ingressaram logo em seguida. Esta maioria pode ser explicada pelas deficiências do ensino da disciplina em específico, mesmo após a obrigatoriedade definida pela Lei.

Figura 3 - Nível de conhecimento sobre os indígenas.

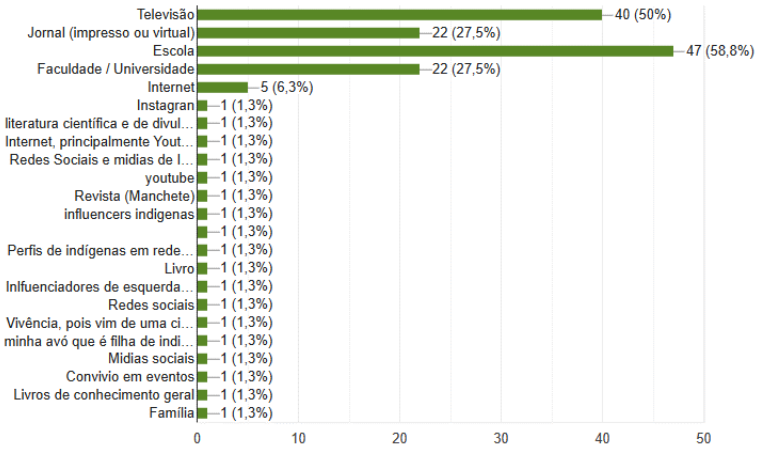


Fonte: Autoria própria (2023)

Ainda analisando o resultado obtido na Figura 03 é possível observar que 30% das respostas identificam que o conhecimento sobre o tema é mediano, o que pode ser explicado pelo Gráfico 04 que mostra as fontes de informação através das quais o público em geral

recebeu informações acerca dos povos indígenas. Na Figura 04, observamos que 50% das pessoas tiveram como meio de informação a televisão. Como a questão permitia mais de uma escolha, as respostas se dividiram entre a Televisão, o Jornal impresso, a Escola e a Internet em suas diferentes formas de divulgação de conteúdo.

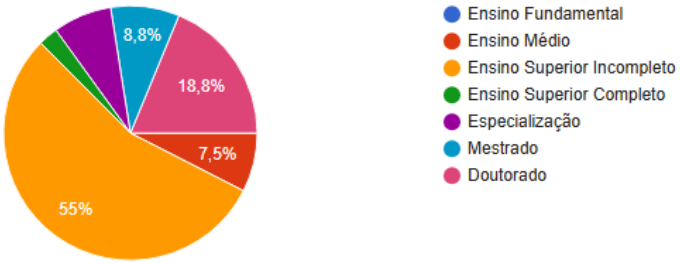
Figura 4 - Principais fontes de cultura.



Fonte: Autoria própria (2023)

É possível observar no gráfico, que a escola tem uma leve vantagem de 8,8% em relação à televisão, o que demonstra o alto índice de respostas que afirmam ter pouco conhecimento sobre o tema ou considerar seu nível de conhecimento mediano. Isso corrobora com estudos recentes sobre as falhas na implantação dessas políticas no sistema educacional brasileiro, uma vez que a temática não é trabalhada de forma aprofundada nas escolas e os relativos programas de televisão ou notícias difundidas por este meio, não tem como objetivo o aprofundamento da reflexão. Sem ignorar ainda, que fora do espaço escolar, as informações são financiadas e permeadas por interesses políticos/ideológicos e econômicos que conflitam frontal ou paralelamente à integridade, valorização e preservação da Cultura e dos próprios Povos Indígenas.

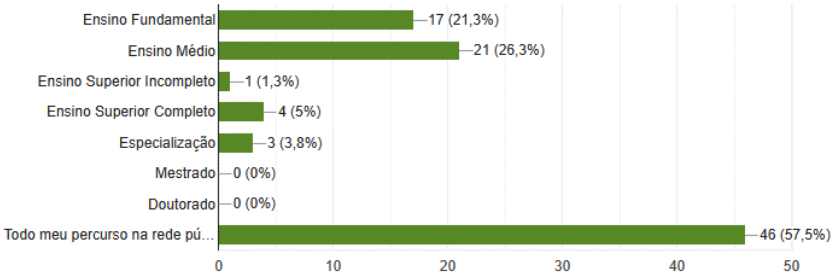
Figura 5 - Nível de escolaridade.



Fonte: Autoria própria (2023)

Como grande parte dos respondentes é universitário, a questão sobre o nível de escolaridade revelou que 55% possuem o ensino superior incompleto como pode ser observado na Figura 05. Para a pergunta "estudou em instituição privada", 47,60% respondeu que sim em algum momento de sua vida e 57,50% respondeu que fez todo percurso em escola pública. Com base nestas respostas é possível detectar que houve morosidade na aplicação ou pelo menos correta inserção das disciplinas de história e cultura indígena no ensino público brasileiro, assim como nas instituições privadas. Reforçando mais vez a dificuldade de inserção destes temas nos currículos escolares fortemente estruturados no ensino de história estrangeira, especialmente a europeia.

Figura 6 - Tipo de ensino.



Fonte: Autoria própria (2023)

Por fim, para a pergunta "Você considera relevante para a sociedade brasileira da atualidade saber mais sobre os indígenas?" 90% das respostas foram positivas, enquanto que 8,80% respondeu não saber opinar e apenas 1,20% responderam de forma negativa. De acordo com estas respostas é possível afirmar que existe uma lacuna histórica a ser preenchida e nela deseja-se o conhecimento sobre a história e cultura indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, que já observamos ser uma coleta superficial de dados sobre um tema extremamente complexo, podemos observar alguns sinais que mesmo não representando uma parcela grande da sociedade, reflete o contexto de um grupo de pessoas com acesso à educação cuja as respostas coadunam com as análises e estudos que já demonstram de forma mais ampla, como Estados e Municípios não estão cumprindo a Lei quanto a sua aplicação obrigatória na educação básica. É de fundamental importância para a construção de uma sociedade justa e igualitária que se respeite o direito de todos, o que é

além de tudo, requisito para a paz. Desta maneira, é necessário se trabalhar na formação, em todo seu percurso, nas diferentes expressões de culturas, dos diferentes povos que formam a mesma nação. O esclarecimento possibilita atingir o objetivo constitucional de uma nação soberana e igualitária.

A Universidade como instituição que promove conhecimento através da formação técnica e profissional de seus discentes, ocupa uma posição privilegiada, pois é amparada pela Lei 11.645/2008 para tratar das questões sociais e culturais de forma inclusiva. O próprio objetivo de formar profissionais numa dimensão menos tecnicista e mais humana, passa pelo entendimento e valorização da inserção desses temas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). O sentimento de pertencimento social, conduz os indivíduos a um pensamento humano e igualitário e o impulsiona a buscar objetivos maiores para sua vida, e para sua atuação profissional.

Encontrar lacunas através da pesquisa é de fundamental importância para se compreender tanto as possibilidades momentâneas quanto os erros do passado e do presente, uma vez que a universidade possui, antes de mais nada, um compromisso social na formação de sujeitos humanos e profissionalmente éticos condizente com o exercício da cidadania em uma sociedade cultural e etnicamente diversa. A falha na efetiva inclusão do ensino sobre as culturas indígenas na educação, reflete negativamente na sociedade, contribuindo para manter e até mesmo prolongar o preconceito e a discriminação, marginalização destes grupos e as questões apresentadas por eles. Além disso, pode levar à perda da identidade cultural dos povos indígenas e à desvalorização de sua história e tradições. A inclusão dos estudos sobre os Povos Indígenas na educação é importante para promover a diversidade cultural brasileira e nos fazer avançar enquanto sociedade, deslocando inclusive, nossa noção de Ciência, de Tecnologia e Educação Tecnológica, enfim, da própria concepção que temos de progresso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Francisco Beltrão (UTFPR-FB) cujo diretor é o Profº. Drº. Hernam Vielmo, e ao Profº. Me. José Lucio da Silva Machado, docente da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, por esta

oportunidade de apresentar o presente artigo. Este traz resultados importantes para reforçar à comunidade o benefício da inserção do ensino de história e cultura indígenas no ensino brasileiro, independente do nível, se fundamental, médio ou superior. Iniciativa que gera cidadania e integração social em acordo com a constituição e a aplicação das Leis.

REFERÊNCIAS

ALANA, Instituto. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf. Acesso em 20 de junho de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL, Lei n. 9.394 - 20 de dezembro de 1996: Brasília Ministério da Educação, 2023. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 21 de junho de 2023.

BRASIL, Lei n. 11.645 – 10 de março de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 20 de maio de 2023.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Ana Maria Ribeiro F. M da. Histórias e culturas indígenas na Educação Básica. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2018. E-book. ISBN 9788551303214. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551303214/. Acesso em: 17 jun. 2023.

WITTMANN, Luisa T.. Ensino (d)e História Indígena. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015. v. 1. 208p.